

Pensamento social e político brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social

[*Brazilian social and political thought after 1964: collective actors, institutions and social change*

Alexander Couto Englander¹

Bernardo Ricupero²

Karim Helayel³

Leonardo Belinelli⁴

RESUMO • Este dossiê tem como objetivo investigar os impactos da ditadura civil-militar (1964-1985) sobre o pensamento social e político brasileiro. Através de temas e perspectivas plurais, abrangemos tanto uma discussão densa e renovada sobre o estilo conservador de nossa modernização, quanto debates sobre ações coletivas e transformações culturais que contestam os seus efeitos. • **PALAVRAS-CHAVE** • Pensamento social e político brasileiro; modernização conservadora; mudança social. •

Para Charles Pessanha (*in memoriam*).

ABSTRACT • This dossier aims to investigate the impacts of the civil-military dictatorship (1964-1985) on Brazilian social and political thought. Through plural themes and perspectives, we encompass both the possibility of a dense and renewed discussion about our modernization's conservative style, as well as debates on collective actions and cultural transformations that contest its effects. • **KEYWORDS** • Brazilian social and political thought; conservative modernization; social change.

Recebido em 30 de novembro de 2024

Aprovado em 2 de dezembro de 2024

ENGLANDER, Alexander Couto; RICUPERO, Bernardo; HELAYEL, Karim; BELINELLI; Pensamento social e político brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10725.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10725

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

2 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

3 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

4 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil.

1964 não pode ser considerado “um raio caído em céu azul”. Antes do golpe civil-militar instaurado havia expectativas de tal desenlace, fosse ele favorável aos setores de direita ou de esquerda. Ainda assim, consumada a ruptura, ela logrou impacto profundo. Tratou-se comumente, já em um primeiro momento, de procurar compreender o que havia ocorrido. Consolidada a ordem social e política emergente, buscou-se compreender e explicar a sua natureza. Tal preocupação comportava uma dupla dimensão: analítica e normativa, teórica e política, que teria afetado especificamente as ciências sociais, das quais muitos de seus pesquisadores eram ou mantinham militância política.

Não constitui exagero afirmar que as ciências sociais brasileiras, tais como as conhecemos, configuram um produto do golpe de 1964. Por um lado, almejam entender o processo e a ordem por ele inaugurada. Por outro lado, cumpre ressaltar que elas são também beneficiárias de iniciativas do regime, haja vista o sistema de pós-graduação estabelecido no período, cujo marco fundante é a Reforma Universitária de 1968 (BOTELHO; RICUPERO; BRASIL JR., 2018; CUNHA, 1988; MICELI, 1995; MOTTA, 2014). O golpe e a nova ordem que inaugura estimulam mesmo os contornos que assumem no Brasil disciplinas como a ciência política e a sociologia (FORJAZ, 1997; KEINERT; SILVA, 2010; LESSA, 2010)⁵.

Sinal do impacto do pós-1964 nas ciências sociais é, como indica Luiz Werneck Vianna (1997), que a modernização conservadora é seu grande tema, como se percebe em *A economia brasileira: crítica da razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira; *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil* (1976), de Luciano Martins; *A revolução burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes; *São Paulo e o Estado nacional* (1975), de Simon Schwartzman; *Elite and state-building in imperial Brazil* (1974), de José Murilo de Carvalho; *Capitalismo*

5 Exemplo da preocupação com o golpe é a afirmação que abre a tese de Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p. V): “a tomada de poder militar em 1964 foi uma surpresa para muitos, um choque para outros e um alívio para aqueles que acreditavam que o presidente João Goulart havia comprometido seriamente seu governo em uma aventura populista de tipo radical”. Nessa referência, o autor de *Quem dará o golpe no Brasil?* convida “aqueles que estão insatisfeitos com suas avaliações anteriores a repensarem a política do período e a buscar uma explicação mais aprofundada para este evento decisivo”.

autoritário e campesinato (1976), de Otávio Velho; *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), do próprio Werneck Vianna; *The agrarian roots of modernization in Brazil: 1880-1930* (1979), de Elisa Reis. De maneira reveladora, todos esses trabalhos, com exceção dos de Oliveira e de Fernandes, foram originalmente teses de doutorado. Não por acaso, não tratam tanto de 1964, mas de condições prévias que o ajudariam a explicar.

Mas, desde o início da mais recente ascensão da extrema direita no Brasil, questões relativas ao golpe de 1964 passaram a ocupar não apenas reflexões acadêmicas, como também o debate público do país. A instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a discussão pública sobre seus procedimentos e resultados, com as consequentes responsabilizações institucionais e pessoais de agentes do Estado pelos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar, bem como a reação de setores sociais vinculados a tais atores, são exemplos marcantes de como, apesar da implantação do regime democrático-republicano via Carta Constitucional de 1988, existem elementos sociais, políticos, culturais e econômicos que, inaugurados ou reforçados naquela quadra autoritária, persistem no país. Trazer à tona como alguns desses elementos foram interpretados por intelectuais e atores coletivos é o objetivo do presente dossiê, que intitulamos “Pensamento social brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social”.

No plano institucional, o impacto do regime ditatorial foi significativo. Para além da passagem de um regime democrático a um autoritário, a ditadura civil-militar de 1964 foi responsável por “completar” a modernização estatal e econômica inaugurada com a chamada Revolução de 1930, o que contrariou as apostas iniciais de diversos setores da esquerda brasileira sobre uma suposta regressão econômica como decorrência necessária do novo quadro político autocrático. Assim, passado o momento inicial, no qual o regime demonstrou que viera para ficar, sua cúpula militar associou um programa econômico industrializante e desigualitário com uma crescente repressão política. Nesse cenário, diversas questões foram postas em debate, entre as quais poderíamos citar: como interpretar o novo capítulo de integração do país à dinâmica capitalista global? Quais eram os impactos do novo estilo de crescimento econômico sobre a sociedade brasileira? Quais categorias seriam adequadas para compreender e explicar o tipo de Estado então estabelecido? Como compreender os vínculos entre as elites estatais e os diversos setores da sociedade? Quais as forças e os limites do regime? Quais atores coletivos poderiam constituir alternativas democratizantes ao processo de modernização conservadora consolidado pela ditadura civil-militar?

Num outro registro, o impacto da ditadura no pensamento político e social brasileiro também não foi desprezível. A própria caracterização do pós-1964 e, numa referência mais ampla, da história brasileira na chave da “modernização conservadora” tem sua história ligada à necessidade de compreender a nova situação. É possível localizar na análise de Barrington Moore Jr. (1966) a respeito da “revolução vinda de cima” a inspiração da caracterização da ordem econômica, social e política que emergiu do golpe como correspondendo a uma modernização conservadora (FICO, 2017; MOTTA, 2014). De maneira significativa, quase paralelamente à formulação do sociólogo norte-americano, ocorria um debate entre cientistas sociais e militantes de esquerda brasileiros a respeito da natureza das

transformações promovidas pela ditadura do país tendo como marco principal a categoria de “revolução burguesa” (RICUPERO, 2024). Boa parte dos participantes na discussão concordavam que o capitalismo se desenvolvia no país sem que houvesse ruptura com formas econômicas e sociais pregressas, presentes principalmente no campo. Essa interpretação se assemelhava, em linhas gerais, com a de Moore Jr. a respeito da “revolução vinda de cima”. Tal afinidade contribuiu para que o termo “modernização conservadora” se generalizasse, já não se referindo apenas a 1964, tornando-se, progressivamente, uma verdadeira chave interpretativa para a história brasileira. Ironicamente, porém, junto com a popularização da análise, a referência à “revolução burguesa” praticamente desapareceu.

Não por acaso, a partir do final dos anos 1960, a combinação problemática entre “modernização” e “modernidade” tornou-se o centro da preocupação da teoria social contemporânea, como exemplifica o trabalho de Moore Jr. No contexto ditatorial, as ciências sociais brasileiras passaram, então, a articular um diálogo crítico com essa produção, ao mesmo tempo que se nutriam do estoque de formulações do ensaísmo brasileiro. Com argumentos variados e categorias distintas – e, muitas vezes, polêmicas entre si – os cientistas sociais brasileiros convergiam na crítica às ideias de unilinearidade do processo social tais como encontradas na “sociologia da modernização” (BRASIL JR., 2013; HELAYEL, 2024), na visão soviétizante do marxismo (BELINELLI, 2019) e mesmo nas primeiras formulações do “desenvolvimentismo”.

Boa parte dos trabalhos de então revelam a tentativa das ciências sociais brasileiras de articular, por um lado, “passado” e “presente”, procurando refletir sobre as possibilidades de democratização da sociedade a partir das formas sociais ensejadas pela configuração própria da sua gênese e de como tais formas se desdobraram. Não à toa, categorias analíticas cruciais como “autocracia”, mobilizada por Fernandes (2005), e “autoritarismo”, utilizada por Cardoso (1975), são forjadas de modo sistemático nos anos 1960 no intuito de qualificar não apenas o regime político atravessado pelo país após o golpe civil-militar de 1964, como também seu projeto de modernização. Ou seja, o sentido assumido pelo processo de modernização na década de 1970 constitui problemática crucial para a intelectualidade do país.

Ora, vale indicar que as diversas perspectivas forjadas nesse contexto não apenas incidiram sobre o debate político do período; assinalam também como diferentes interpretações permitem práticas políticas distintas – mas também, e nem tanto paradoxalmente, similares –, configurando-se como elementos importantes dos repertórios analíticos e estratégicos de diversos grupos que se tornaram forças políticas relevantes no cenário da Nova República, momento em que intelectuais e movimentos sociais se tornaram figuras de proa do Estado brasileiro, contra as quais a extrema direita local se colocou. Por esse ângulo, portanto, percebemos os vínculos entre passado e presente.

De modo geral, após o golpe de 1964, as ciências sociais brasileiras tenderam a conferir ênfase analítica aos limites da ação democratizante dos partidos, sindicatos e movimentos sociais do país. No contexto intelectual dos anos 1960 e 1970, a linha mestra compartilhada pelas distintas interpretações efetuadas no período pode ser sintetizada no que John French (1995) definiu como “consenso corporativista”. Conceitos como “corporativismo”, “populismo”, “estatismo”, “cupulismo” e “ideologia

autoritária de Estado” referem-se a diferentes aspectos de uma sociedade frágil e tutelada pelo Estado, em que a classe trabalhadora era controlada pelas cúpulas sindicais corporativistas e líderes populistas manipulavam as massas populares. Seja a partir de um ponto de vista marxista ou de uma perspectiva liberal-democrática, influenciada pelas experiências traumáticas do golpe de 1964 e do AI-5, a geração de cientistas sociais dos anos 1960 e 1970 direcionou suas diferentes investigações sobre os fatores que impediam que os setores subalternos da sociedade brasileira se transformassem em sujeitos políticos atuantes.

Com a emergência do “novo sindicalismo”, de novos movimentos sociais e da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma nova geração de cientistas sociais, a partir dos anos 1980, começou a pensar os setores subalternos da sociedade brasileira como atores políticos ativos. Um livro paradigmático desse momento é *Quando novos personagens entraram em cena* (1988), de Eder Sader, em que o autor enfatiza o caráter de novidade das organizações populares que emergiram no final dos anos 1970, mantendo uma visão pessimista sobre o período do pré-golpe militar. A geração dos anos 1980 também viu emergirem os estudos sobre raça e gênero, com os negros e as mulheres entrando em cena não apenas como objetos de pesquisa, mas como seus autores. Sobre esse ponto, entre outros e outras, podemos destacar os trabalhos de Abdias do Nascimento (1978; 2019), Clóvis Moura (1988; 1994), Elisabeth Souza-Lobo (2021), Florestan Fernandes (2017), Heleieth Saffioti (1976) e Lélia Gonzalez (2020; 2022). A partir desses autores e autoras também podemos falar do surgimento de um “pensamento interseccional brasileiro”, pois classe, raça e gênero – embora nem sempre triplamente articulados – passam a compor elementos analíticos transversais para a compreensão tanto de processos de subalternização quanto, por outro lado, das lutas coletivas democratizantes.

Desde o final da década de 1990, novos estudos sobre a classe trabalhadora e os movimentos sociais dos anos 1950 e 1960 têm rompido com o “consenso corporativista”, pois oferecem uma nova perspectiva ao apontar para a capacidade de organização e mobilização dos setores subalternos. Influenciados pela geração anterior, historiadores (FORTES et al., 1999) e cientistas sociais (SANTANA, 2001; CARDOSO, 2019) passaram a olhar não apenas os novos partidos populares, o “novo sindicalismo” e os novos movimentos sociais como sujeitos, mas também os partidos, sindicatos e movimentos sociais do passado. Por um lado, as novas práticas sociais influenciaram o modo como os cientistas sociais pensavam a realidade, por outro lado, um novo modo de pensar permitiu aos pesquisadores perceber aspectos antes negligenciados de nossa história (ENGLANDER, 2022).

Este breve apanhado sobre a produção das ciências sociais brasileiras vinculada ao contexto aberto pelo golpe de 1964 nos permite indicar com mais precisão o objetivo do dossiê. À luz das recentes instabilidades democráticas vividas pelo país e da emergência de novos temas e abordagens, trata-se de estimular novas perspectivas sobre essa produção, repensando seus supostos, suas categorias, seus horizontes políticos e normativos. Repensá-la, como ela mesma fez em relação ao ensaísmo brasileiro e à teoria social contemporânea, é um passo importante, entre outros igualmente necessários, para desvendar os sentidos da truncada mudança social pela qual o país passa.

Pode-se dizer, a partir daí, que os trabalhos que compõem este dossiê dividem-se em dois eixos principais: os que procuram indicar como categorias e a própria “forma de pensar” forjadas com a ditadura continuam presentes, e os que indicam como as transformações levadas a cabo depois de 1964 estimularam novos temas, problemas e abordagens. Em poucas palavras, enfatiza-se ora a continuidade, ora a mudança. Na primeira linha, está o artigo de Leonardo Belinelli e Bernardo Ricupero, “O ‘autoritarismo’ no pós-1964: as aventuras de um conceito?”. Partindo da hipótese de que o debate internacional sobre o conceito de autoritarismo foi importante para sua fixação como chave analítica sobre o regime político inaugurado em 1964, os autores examinam, em “O ‘autoritarismo’ no pós-1964: as aventuras de um conceito?”, os usos que dela fizeram intelectuais como Juan Linz, seu formulador, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. Inspirados em formulações da “história dos conceitos”, em particular na ideia de “conceito básico”, os autores não deixam de assinalar como as questões tratadas naquele período retornam no contexto intelectual e político atual, marcado por ameaças à democracia.

Também conferindo maior ênfase às continuidades, o artigo “A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre democracia forte e autocracia burguesa”, de Alexander Couto Englander, Ronaldo Tadeu de Souza e Thais Florencio de Aguiar, investiga as transformações do pensamento político sociologicamente orientado de Florestan Fernandes na década de 1970. A partir dos textos sobre o fascismo na América Latina (1971), o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista (1973) e o importante curso sobre autoritarismo lecionado na PUC de São Paulo, em 1977, transformado em livro em 1979, são analisadas continuidades e descontinuidades na obra do autor. Nesse movimento de “repetição com diferença” (BOTELHO, 2019, p. 22), o objeto central do estudo são dois temas interligados e ainda pouco explorados da obra de Florestan Fernandes: a emergência de “democracias fortes” nos países de democracia liberal, no “centro” hegemônico do capitalismo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e durante o período mais “quente” da Guerra Fria; e o padrão autocrático-burguês de dominação, consolidado a partir da institucionalização de regimes ditatoriais, no contexto do capitalismo dependente e subdesenvolvido latino-americano nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, a partir de uma análise relacional entre “centro” e “periferia” do capitalismo, busca-se identificar nos textos de Fernandes uma crítica ao paradigma de “democracia demofóbica” (AGUIAR, 2015), que se reconfigura ao longo das décadas e chega até o presente.

Por sua vez, Pedro Luiz Lima e Jorge Chaloub identificam, em “Ainda o conservadorismo popular: variações contemporâneas de uma ideia renitente”, a centralidade da ditadura na visão a respeito do suposto conservadorismo do povo brasileiro, presente em autores tão diversos como André Singer, Lilia Schwarcz e Olavo de Carvalho. Os autores procuram delinear as variações referentes à ideia de uma suposta tendência conservadora do povo brasileiro, que atravessaria perspectivas tanto distintas quanto influentes no debate público do país na última década. O duo almeja reconstituir analiticamente como as ideias de “povo” e “conservadorismo” aparecem nos trabalhos dos autores pesquisados, argumentando que seria possível, inclusive, delinear hipóteses consistentes sobre aspectos que permeariam tradições

muito diferentes do pensamento político-social brasileiro, uma vez que a mobilização da noção de “conservadorismo popular” teria sido demasiadamente ampla.

Pode ser identificado com a segunda linha o texto “Democratização da cultura: Heloisa Buarque de Hollanda e a crítica brasileira nos anos 1970”, de André Botelho e Caroline Tresoldi, que indica como a crítica dos anos 1970, de Heloisa Buarque de Hollanda, abre caminho para novas perspectivas e questões para entender a cultura brasileira. Botelho e Tresoldi se concentram na tese de doutorado de Buarque de Hollanda, intitulada *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*, indicando que esse trabalho constituiria uma espécie de marco na crítica cultural brasileira ao contribuir para a abertura de um novo horizonte de reflexões em torno do processo de democratização da cultura no Brasil. Assim, os autores se debruçam sobre as relações entre cultura e política no país ao longo dos anos 1960 e 1970, efetuando ainda um profícuo corpo a corpo entre *Impressões de viagem* e o clássico texto de Roberto Schwarz, “Cultura e política, 1964-1969”.

Na mesma toada, em “O Grupo Somos, o jornal *Lampião*, o movimento LGBTI+ e a abertura política”, James Green presta atenção ao debate e às tensões no interior do movimento LGBTI+, que emergia na transição do autoritarismo. Lida especialmente com o jornal *Lampião da Esquina* e o Grupo Somos, indicando como no interior deles atuavam tanto militantes identificados com a esquerda organizada como libertários e independentes. Socialistas eram acusados de infiltrar o movimento, ao mesmo tempo que parte da esquerda temia que preocupações com gênero e sexualidade incomodassem sua base. De maneira sugestiva, críticas como essas reaparecem em nossos dias. O relato de Green guarda especial interesse até em razão da sua experiência de então, militante tanto da Convergência Socialista (CS) como do movimento LGBTI+.

Conjugando questões relativas às continuidades e mudanças, Marco Antonio Perruso e Guilherme Pessoa, em “Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate”, operam em três registros que, articulados, permitem uma olhada de amplo ângulo sobre o desenvolvimento do nosso pensamento social. Em primeiro lugar, retomam o debate entre visões dualistas e antidualistas a respeito da formação nacional presente nas ciências sociais brasileiras do pós-1964, acentuando como a literatura dedicada aos movimentos sociais se consolidou como uma plataforma crítica das então predominantes visões a respeito da “nação” e da sua modernização. Na sequência, realizam uma síntese do que se chama de “pensamento afro-brasileiro” a partir da mesma angulação, mostrando como intelectuais negros inseridos nos associativismos pós-1964 e nos debates sobre a redemocratização retomam, em chaves próprias, aspectos decisivos do debate a respeito dos processos de modernização e democratização da sociedade brasileira. Por fim, chegando aos anos 1990, os autores examinam algumas mudanças políticas e intelectuais que permitiram a consolidação da centralidade das políticas públicas no debate político nacional, a seu ver, uma renovação do paradigma dualista.

No artigo de Mário Augusto Medeiros da Silva, a continuidade entre passado e presente se manifesta como resistência ao racismo e às desigualdades sociais que constituem a modernização conservadora no Brasil. O autor se dedica ao resgate de uma esquecida história cívica (SKOCPOL; LIAZOS; GANZ, 2006) do Brasil: o

associativismo negro, mais especificamente, o associativismo protagonizado por ativistas negras e negros em São Paulo entre os anos 1950 e 1970. Ao mobilizar diferentes teorias da sociologia da memória, Mário elabora uma sensível e sintética exposição das trajetórias de alguns desses destacados ativistas a partir de suas recordações e testemunhos. As biografias selecionadas têm em comum o fato de todos terem pertencido à primeira diretoria da Associação Cultural do Negro, que existiu entre 1954 e 1976, congregando sujeitos com experiências anteriores de associativismo político e cultural negro e jovens que aspiravam encontrar-se com uma organização de seu grupo social. As trajetórias desses sujeitos são estudadas a partir da sugestão de Guerreiro Ramos (1957), da dimensão proteica (em referência ao mito grego de Proteu) do “negro-vida”, que não se deixa imobilizar pelas estereotípias sociais associadas de forma racista e discriminatória a pessoas negras no Brasil. Dessa forma, essa geração intermediária do associativismo negro paulistano contribuiu para moldar aspectos da luta antirracista contemporânea.

Como se vê, retornamos à clássica problemática da modernização conservadora (HELAYEL; BOTELHO, 2024), espécie de moto-contínuo da formação social brasileira, cujos efeitos ainda se fazem sentir em nossos dias. Através de temas e perspectivas plurais, o dossiê aposta tanto na possibilidade de uma discussão densa e renovada sobre o estilo conservador de nossa modernização e seus efeitos restritivos para a democracia no país, como nos debates sobre ações coletivas e transformações culturais que contestam o seu autoritarismo e seus efeitos sobre e na sociedade brasileira, uma tarefa tão triste quanto necessária.

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDER COUTO ENGLANDER é pesquisador do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Nupet/IESP-UERJ) e do Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPDET/UFRJ) e autor de *Dilemas da revolução brasileira: democracia contra demofobia* (Appris, 2022) e de *Em busca da nação: ação coletiva nos ensaios de Oliveira Vianna e Caio Prado Jr.* (Dialética, 2022).
alexcoueng@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6844-8811>

BERNARDO RICUPERO é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP/USP), bolsista de produtividade do CNPq (Nível 2), diretor-presidente do Centro de Estudos Contemporâneos (Cedec) e autor de *Entre Ariel, Caliban e Próspero: dilemas da identidade (latino) americana pensados a partir do Brasil* (Alameda, 2024).

bernardor@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8689-7362>

KARIM HELAYEL é pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), com bolsa do CNPq, e autor de *Fernando Henrique Cardoso, um perfil intelectual* (Hucitec, 2024).

khelayel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5680-4556>

LEONARDO BELINELLI é professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), autor de *Os dilemas do patrimonialismo brasileiro: as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman* (Alameda, 2018) e coautor de *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política* (Zahar, 2021).

belinelli.leonardo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4622-5366>

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Thais Florencio de. *Demofobia e demofilia: dilemas da democratização*. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2015.
- BELINELLI, Leonardo. *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2019.
- BOTELHO, André. Apresentação – Sociologia política e pensamento social. In: BOTELHO, André. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BOTELHO, André; RICUPERO, Bernardo; BRASIL JR., Antonio. Cosmopolitanism and localism in the Brazilian social sciences. *Canadian Review of Sociology*, n. 54, p. 216-236, 2017. <https://doi.org/10.1111/cars.12146>.

- BRASIL JR., Antonio. *Passagens para a teoria sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *Elite and State-building in Imperial Brazil*. Tese (Doutorado). Stanford University, 1974.
- ENGLANDER, Alexander. *Dilemas da Revolução Brasileira*: democracia contra demofobia. Curitiba: Appris, 2022.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Expressão popular, 2019.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 10, p. 5-74, 2017. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997, v. 13, n. 35, p.1-35. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>.
- FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos*: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Unicamp, 1999.
- FRENCH, John D. *O ABC dos operários*: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- HELAYEL, Karim. *Fernando Henrique Cardoso, um perfil intelectual*. São Paulo: Hucitec, 2024.
- HELAYEL, Karim; BOTELHO, André. De volta a Barrington Moore Jr.: a criatividade da sociologia histórica em três atos. *Sociologia e Antropologia*, v.14, n. 2, 2024, p.1-25. <https://doi.org/10.1590/2238-38752024v14210>.
- KEINERT Fábio; SILVA, Dimitri. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, 2010, v. 22, n. 1, 2010, p. 79-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005>.
- LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: ciência política. São Paulo: Barcarolla, 2010.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972.

- RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- REIS, Elisa. The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930. PhD Dissertation. Department of Political Science/Massachusetts Institute of Technology, 1979.
- RICUPERO, Bernardo. Da revolução burguesa à modernização conservadora: o debate sobre 1964. In: ARAÚJO, Cícero; RICUPERO, Bernardo; RUGITSKY, Fernando, SINGER, André (Org.). *O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra*. Campinas: Editora Unicamp, 2024, p.337-364.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1964) Quem dará o golpe no Brasil?. In: CARVALHO, Nanci Valadares de. (Org.). *Trilogia do terror: a implantação 1964*. Rio de Janeiro: Vértice/RT, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964*. PhD Dissertation. Stanford University, 1979.
- SKOCPOL, Theda; LIAZOS, Ariane; GANZ, Marshall. *What a mighty power we can be: African American fraternal groups and the struggle for racial equality*. Princeton, NJ; Oxford, U.K.: Princeton University Press, 2006.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.